

O QUE DIZEM E O QUE PROPÕEM

ESPECIALISTAS

“ O plano B seria aquele que não penalizasse novamente os servidores do Estado, nem os trabalhadores. Discutir um “sacrifício comum” é uma velha prática de governos ineficientes que não encontram saída a não ser com enxugamentos, privatizações e penalização dos contribuintes. Os gaúchos já viram isso em outros governos e nada melhorou. Fechamento de Fundações e companhias e vender empresas que dão o mínimo de despesas e que são essenciais para o desenvolvimento do Estado é falta de estratégia, desespero, incompetência e retrocesso. Cobrar a dívida ativa e combater a sonegação seria o primeiro passo para tirar o Estado da crise. Este é o velho modelo neoliberal que vê o Estado como grande empecilho para o desenvolvimento. Não é por nada que o governador citou literalmente a grande líder do modelo neoliberal dos anos 90: Margaret Thatcher, um modelo um tanto retrógrado que não deu certo em nenhum lugar do mundo. É sofrível ver um governo que se apresentou como aquele que resolveria os problemas do Estado não ter nenhum projeto novo e fazer o “mais do mesmo.”

Dejalma Cremonese, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSM

“ Em relação às medidas, entendo que é como na nossa casa: se antes tínhamos um salário mais alto, podíamos ter gastos mais elevados. Num quadro em que nossos rendimentos caem, as despesas devem ser reduzidas, caso contrário não teremos como honrá-las. Um dos princípios da administração pública, o da eficiência, traduz as ações adotadas no corte de secretarias e CC's. Julgo serem adequadas ao momento em que vivemos e uma das poucas soluções possíveis. Cortes nas Secretarias e CC's e venda de ativos (empresas públicas não ligadas a funções típicas de Estado) devem trazer alívio financeiro e liquidez às contas públicas do Estado. Sobre o fato de atingirem mais o Executivo, decorre de um conceito de autonomia entre os poderes. Normalmente, os poderes Legislativo e Judiciário possuem orçamentos nos quais o Executivo não pode alterar por sua vontade. Sobre as demissões decorrentes das medidas do ajuste no âmbito do funcionalismo do Estado, são reflexos do que acontece nas empresas privadas no atual momento econômico. Precisamos ter o entendimento de que empresas saudáveis e fortes geram riquezas e, consequentemente, arrecadação para financiar o Estado.”

Jean-Pier de Vasconcellos Esquia, administrador com MBA em Finanças, Políticas Públicas e Investimentos Estratégicos pela Chicago University

“ É preciso fazer cortes para que o Estado volte a gastar na medida em que se arrecada, pois por muito tempo se gastou mais que a arrecadação. Outra medida é aumentar a fiscalização, para reduzir a sonegação e aumentar a percepção de fator de risco, que é algo indireto, para que o sonegador fique com receio de agir. O Estado nomeou 91 novos auditores, que vão ajudar a reduzir a sonegação. E outra medida

que poderia ser feita é rever isenções fiscais e subsídios. Isso ainda não foi proposto, mas já está sendo estudado.” Edson Boer Dri, delegado da Receita Estadual de Santa Maria, que abrange 52 cidades

“ A meu ver existe um plano B. Não é cortando fundações, demitindo mil ou duas mil pessoas que a realidade financeira do Estado vai se regularizar. O esforço é necessário, mas as propostas me parecem seletivas e não abrangentes. Não temos que discutir a culpa, mas propor soluções. E há vários caminhos: rever as imunidades tributárias concedidas, principalmente a entidades sem fins lucrativos; rever a isenção fiscal de setores até então beneficiados, como setor avícola, vitivinícola, carnes, etc. Propor ferramentas que monitorem a sonegação fiscal, ou seja, quais as empresas mais sonegadas do Estado, quanto desta sonegação pode ser recuperada. Apresentar um parcelamento das dívidas das empresas, fornecendo parcelamentos de longo prazo e descontos de curto prazo para a regularização imediata. Desburocratizar a regularização das empresas atuais e a vinda de novas empresas, priorizar as intensivas em tecnologia, as mesmas poderiam se instalar em áreas de universidades particulares. Ou seja, parceira entre universidade-empresa. Medidas que fortaleçam o agronegócio, sendo este o único setor superavitário da economia gaúcha, mas fazer com que este setor gere renda, ou seja, transferência do dinheiro do campo para a cidade. Abrir linha de financiamento via BRDE, Caixa-RS, até mesmo Banrisul, para empresas que gerarem ‘x’ empregos e tiverem seus impostos pagos em dia.”

Mateus Sangoi Frozza, coordenador do curso de Ciências Econômicas da Unifra

“ Não é uma questão de planos A ou B, mas este é o plano que o governo “quer” aprovar. A crise aguda existe (nas finanças), porém estas medidas não são a solução para elas, mas, sim, a saída política que melhor assegura vantagens às forças que estão no governo. Este governo penalizou mais severamente o Executivo, pois sabe muito bem o custo político de se indispor com o Judiciário e com o Legislativo. É óbvio que há projeto: um projeto de governo articulado com setores conservadores de economia dependente do setor privado, cujo foco é o público a serviço do privado e não seu oposto. Um verdadeiro “Plano A”, neste sentido, seria adotar mais severidade no combate à sonegação sobretudo das grandes empresas, empreiteiras, transportes, que trariam mais receita. Rever benefícios fiscais a empresas estrangeiras; rever salários e benefícios do Judiciário e do Legislativo; rever a estrutura da dívida pública com o governo federal, que gasta perto da metade do que arrecada com pagamento a bancos e financiadoras privadas. Enfim, o pacote é uma crueldade para quem levanta pela manhã e vai trabalhar; mas não para rentistas, grandes especuladores, e aqueles que se locupletam com o trabalho alheio.”

Guilherme Howes, cientista político e professor de Teoria Social da Unipampa



ANDERSON FETTER, 24/11/2016



FOTOS BRUNO ALENCASTRO, 22/11/2016



LAURO ALVES, 21/11/2016

SEGUE

90296424
5 x 4
SECOVI
SECOVI- SIND DAS EMP DE COMPRA
PB